

QUANDO O PREÇO É APENAS UM SINTOMA

Por: Bruno Borja (Professor de Economia UFRRJ-IM), Carla Curty (Professora de Economia UFRRJ-ITR), Diego Correia (Graduando de Economia UFRJ), Jaime Winter Leon (Doutorando em Economia UFRJ), Larissa Mazolli (Mestre em Economia Política Internacional UFRJ), Leila Almeida Barbosa (Doutoranda em História da Ciência UFRJ), Marco Antonio Rocha (Professor de Economia Unicamp), Maria Malta (Professora de Economia UFRJ), Matheus Fernando Sadde (Mestre em Economia UFF), Pablo Bielschowsky (Professor de Economia UFRRJ), Wilson Vieira (Professor de Economia da UFRJ)

Quando a Petrobras foi criada em 1953, durante o 2º governo Vargas, foi resultado de muitas décadas de luta entre duas visões que disputavam a opinião pública no que concernia a questão da exploração de petróleo no Brasil. Um grupo, chamado de “entreguistas”, defendia a abertura total do país ao capital estrangeiro, com o intuito de explorar o petróleo. Afirmava que o Brasil não possuía nem capital e nem tecnologia para realizar os empreendimentos e que já havia países experimentados na técnica que dominavam. Já o outro grupo, os “nacionalistas”, queriam o monopólio estatal do petróleo e propunham a criação de uma empresa nacional que fizesse a exploração. Neste contexto, a luta estudantil foi fundamental, pois em 1948 deram corpo ao movimento “O petróleo é nosso”, que já corria o país desde o ano anterior.

A empresa estatal de exploração de petróleo brasileiro foi criada com o objetivo estratégico, percebido com nitidez após duas grandes guerras mundiais, de dominar e desenvolver tecnologias próprias de exploração de óleo bruto que pudesse criar condições para a autonomia de produção de petróleo no Brasil.

Estarmos em 2018 nos ajuda muito a analisar aquele objetivo como correto e bem-sucedido. O Brasil, por mais problemas que possamos identificar na política de gestão da empresa estatal ao longo de sua existência, conseguiu desenvolver tecnologia líder em exploração em águas profundas e a Petrobrás possui os trabalhadores mais bem formados do setor. Devemos estes resultados às lutas dos trabalhadores e dos estudantes brasileiros que sempre garantiram a manutenção deste objetivo fundamental. A redução dos preços de produção do petróleo, no contexto deste movimento histórico, foi uma consequência do desenvolvimento e controle da tecnologia e do processo de trabalho de exploração.

Assistimos ao mesmo processo no campo do refino e da distribuição dos derivados de petróleo. Porém, na distribuição, setor com muito menores “custos afundados”, menor risco e muito menor necessidade de desenvolvimento de tecnologia, a disputa das empresas internacionais sempre teve uma maior entrada política. Deste modo, os preços dos combustíveis na bomba, apesar de administrados, especialmente por seu impacto inflacionário, nunca foram o foco central da empresa. Com o governo Temer, a política de preços ganhou maior destaque, optando-se por um processo em que o reajuste do preço favorecesse os refinadores estrangeiros e o pagamento de dividendos a acionistas, transferindo aos consumidores finais todo o custo da variação do preço e não levando em consideração os custos internos de produção.

Vale lembrar que as empresas estatais são, historicamente, instrumentos de organização do setor produtivo em prol da criação de uma inserção internacional mais soberana e de acesso a bens que não respondem adequadamente à lógica privada de produção e, justamente por isso, são denominadas bens públicos, com caráter de patrimônio social irrenunciável. Empresas estatais devem, portanto, ser utilizadas como instrumentos para a coletividade e atender a objetivos definidos de forma democrática e com participação popular, o que não tem sido a tônica no Brasil.

Neste momento, estamos diante de um debate gigantesco sobre a política de preços do diesel e de combustíveis derivados de petróleo como se esta fosse a grande questão. O que está em jogo é uma política que pretende criar condições de privatização final da Petrobrás, como nos anunciaram as manifestações crescentes dos trabalhadores do setor de petróleo. Esta política recupera em pleno século XXI a essência da posição “entreguista” do debate dos anos 1940 e a aprofunda, pois se articula com a concessão para empresas de capital internacional para exploração dos recursos do subsolo brasileiro. Além disso, compõe a visão de Estado e de empresa estatal do atual governo, com justificativas para redistribuir os recursos do orçamento estatal, limitados pela Emenda Constitucional 95, em favor dos setores empresariais e contra os gastos sociais em saúde e educação.

Merece ainda ser posto em evidência que os setores de educação e de saúde do Brasil têm uma ampla participação do Estado no atendimento à população, sendo sua obrigação constitucional. Desta forma, saúde e educação continuam grandes espaços de produção pública de produtos e serviços que não possuem preços, pois são gratuitos, mas possuem valor e são com amplas estruturas de referência, especialmente, novamente, nas áreas de alta complexidade e de maiores custos associados a pesquisa e atendimento universal. É exatamente por isso que tais setores também têm sido visados pelo mercado internacional privado.

Está na hora de recolocarmos o foco na questão central: os trabalhadores brasileiros precisam encabeçar a luta real em busca de um país mais justo, mais respeitoso ao meio ambiente, mais autônomo produtivamente e que garanta os direitos sociais e trabalhistas para sua população. Não basta cair o presidente da Petrobrás, o que tem que acabar é este governo que continua a comandar a Petrobras e o país, de acordo com os interesses da classe que representa e que tem nos levado, com suas políticas, a formas sociais cada vez mais retrógradas, no ano em que a abolição da escravidão completa 130 anos.



TOCHA



GREVE DOS PETROLEIROS E ALTA DOS COMBUSTÍVEIS DERRUBAM PARENTE

Os petroleiros estiveram atentos ao clamor impulsionado pela greve dos caminhoneiros contra o preço dos combustíveis e iniciaram, quarta-feira, 30, a Greve Nacional da Categoria. Desde a sexta-feira, 25, já era nítida a intensificação das mobilizações na categoria com cortes de renição nas refinarias REFAP (Canoas/RS), REGAP (Betim/MG), RPBC (Cubatão/SP), REVAP e nos terminais de Alemoa e Pilões (Santos/SP).

Na REVAP, na quarta-feira, 23, os trabalhadores atenderam ao chamado da diretoria do Sindicato e fizeram um grande ato em apoio a greve dos caminhoneiros e para deixar claro para toda a

sociedade que o problema da alta do preço dos combustíveis era a política de Pedro Parente!

A categoria entendeu que a antecipação da greve contra a política de preços poderia servir para oferecer a saída que realmente atenderia à reivindicação dos caminhoneiros pela redução do preço do diesel, mas que seria capaz também de unificar toda a população, pois também acarretaria na redução do preço do gás de cozinha, da gasolina e ainda serviria para denunciar que esses preços estavam a serviço da entrega da Petrobras ao mercado internacional.



TEMER, PEDRO PARENTE, JUDICIÁRIO E EXÉRCITO UNIDOS PARA REPRIMIR A GREVE

Nos dias que antecederam a greve e durante o movimento, o exército começou a montar acampamento dentro das refinarias, começando pela REVAP, mas alcançando a REPLAN (Paulínia/SP), REPAR (Araucária/PR), REFAP, REDUC (Duque de Caxias/RJ), RLAM (Mataripe/BA), numa nítida tentativa de intimidar a iminente greve.

Já na véspera da greve, 29, uma ministra do Tribunal Superior do Trabalho atendeu ao pedido de liminar feito pela Advocacia Geral da União e pela direção da Petrobras e declarou a greve dos petroleiros ilegal e abusiva antes mesmo dela começar.

Utilizando o argumento respaldado pela inconstitucional Lei de Greve, de que a greve era política, ela criminalizou a greve e os sindicatos representantes da categoria com multa de R\$ 500 mil, por dia, podendo chegar a até R\$ 1,5 milhão, por dia, caso a greve

afetasse a produção. Não contente, a ministra elevou a multa para R\$ 2 milhões, por dia, já no dia seguinte, 30, podendo chegar a R\$ 6 milhões, por dia, alegando descumprimento da ordem legal, responsabilizando as lideranças sindicais pelo descumprimento e autorizando investigação da Polícia Federal contra os dirigentes, caso a greve persistisse.

Para completar o quadro da repressão, a Petrobras começou logo no dia da greve a enviar cartas convocando os trabalhadores em suas casas para o retorno ao trabalho de forma sumária, num evidente assédio e buscando impedir a participação dos trabalhadores na greve. Esse conjunto de medidas escancarou a escalada repressiva que atravessa o país e também a legislação de greve que, na prática, se trata de lei antigreve

ATITUDE ANTISSINDICAL

O Sindipetro-SJC foi surpreendido na última semana ao saber que um gerente da Revap se deu o trabalho de visitar os ônibus para dizer aos trabalhadores que não permitirá mais os piquetes de convencimento feitos pelo Sindicato em dias de manifestações, atos e assembleias. Uma atitude absurda que fere o nosso direito constitucional de organização e mobilização dos trabalhadores.

O Sindicato já protocolou um pedido de reunião, com a direção da refinaria, e também levará o assunto ao Rio de Janeiro. Vamos tentar todos os meios de negociação para que possamos resolver o assunto de forma democrática. Mas, deixamos claro que iremos garantir o direito da categoria. Todo nosso repúdio a essa postura antissindical da gestão do novo Gerente Geral, Daniel!

MULTINACIONAIS LEVARAM 70% DOS 12 BILHÕES DE BARRIS DEPRECIADOS A 26 CENTAVOS

FNP barra venda da TAG; Petrobras ficou com participação mínima de 30% das reservas leiloadas no 4º leilão de petróleo e gás do pré-sal

A FNP conseguiu suspender a venda da TAG via Tribunal Federal da 5ª Região no último dia 6. A TAG (Transportadora de Gás Associada) tem a maior malha de dutos do país, que ficam nas regiões norte e nordeste.

A subsidiária da Petrobras seria vendida pelo equivalente a apenas quatro anos de seu lucro, que, em 2016, foi de R\$ 7 bilhões. O crime lesa pátria seria agravado ainda com o aluguel desta mesma malha de dutos para a Petrobrás e ainda recebendo por toda a capacidade de transporte da companhia, mesmo que a Petrobras não utilizasse. Trata-se de uma tentativa de crime lesa-pátria infinito.

Contudo, a desnacionalização do petróleo e gás nacional caminha a passos largos por meio deste governo entreguista a serviço do mercado. A Shell, a ExxonMobil, a Chevron, a BP Energy, a Petrogal e a estatal norueguesa Statoil foram as vencedoras da 4ª rodada de licitação do pré-sal, que ocorreu dia 7, no Rio de Janeiro, sob forte aparato militar de repressão aos manifestantes em defesa da soberania nacional.

O governo golpista de Mishell Temer rebaixou o valor do bônus de assinatura e o percentual mínimo de excedente em óleo para fabricar um "suposto" ágio nas ofertas. Ocorre que os barris foram cotados a preços baixíssimos e quase não houve exigência de conteúdo

local para a cadeia de exploração de petróleo e gás. O governo e a imprensa burguesa comemoraram a entrega das nossas riquezas sob a farsa do ágio.

Na primeira rodada de leilão do pré-sal, o barril saiu por 1,25 real. Na segunda e na terceira, o preço médio ficou em 1,49. Agora o preço médio dos campos de Uirapuru e Três Marias (Santos) e de Dois Irmãos (Campos) caiu a 0,26 centavos de real.

Como prêmio de consolação, a Petrobras ficou com 30% de participação nos consórcios exigindo o direito de preferência garantido por lei. Porém, a participação da companhia na exploração do pré-sal vem caindo justamente no momento em que os poços batem novos recordes de produção. Um único campo de Mero alcançou em abril a produção de 50,8 mil barris de óleo equivalente (petróleo + gás natural) por dia, sendo 36 mil só de óleo.

Por suma, a crescente desnacionalização das nossas reservas e da cadeia nacional de petróleo e gás com o fim da exigência de conteúdo local agravam o entreguismo a favor das petroleiras estrangeiras e o controle do mercado externo no fornecimento de derivados e no preço dos combustíveis, o que pune toda a população brasileira.

REPÚDIO

A Petrobras suspendeu por cinco dias um trabalhador da Regap (Refinaria Gabriel Passos), em Betim (MG), e três da UTE (Usina Termelétrica Euzébio Rocha), de Cubatão. Os petroleiros foram punidos por aderirem à Greve Nacional Petroleira e deixarem as unidades com os grupos de contingência. O petroleiro da Regap chegou a operar por 16h e os da Cubatão por 24h.

A truculência da gerência das UOs fere o direito de greve. Por isso, o Sindipetro/SJC, a FNP e os seus sindicatos se solidarizam aos trabalhadores e cobram a anulação das suspensões.

Para o presidente do Sindipetro/SJC, Rafael Prado, "é um absurdo essas punições da empresa para atacar a mobilização dos petroleiros que foi forte, legítima e balançou o governo. A intenção é intimidar, mas precisamos deixar claro que ações como essas são uma afronta à organização dos trabalhadores e continuaremos mobilizados, contra a privatização e todos os desmandos do governo".

TODOS CONTRA A ALTA DOS COMBUSTÍVEIS!

PETROBRAS 100% ESTATAL

EU APOIO

Campanha do Sindipetro/SJC será exibida em outdoors da cidade para dialogar com a população

O Sindicato lançou em ato com os trabalhadores da Revap, quinta-feira, 7, uma campanha para esclarecer a população de que o aumento dos combustíveis e do gás de cozinha está diretamente ligado com a política entreguista do governo Temer de enfraquecer a Petrobras e entregar as reservas nacionais de petróleo e gás para as petroleiras estrangeiras.

Só uma Petrobras 100% estatal e integrada do poço ao posto pode suportar as variações do mercado e estabilizar os preços dos combustíveis. Só em maio, a política imposta à Petrobras de tabelamento internacional dos derivados provocou 26 reajustes de combustíveis nas bombas. Isso é resultado da política de boicote às refinarias, que estão operando com carga de processamento 30% abaixo da capacidade. A RLAM, na Bahia, opera com ociosidade de 43% e isso por uma opção política do governo de diminuir o refino interno para aumentar a exportação de óleo cru e aumentar a importação de derivados (gasolina e diesel).

Nós produzimos adesivos de carro, preguinhas e panfletos para distribuição na cidade. Também coloca-

mos a nossa campanha em outdoors, que estão expostos na Avenida Andrômeda, na altura do número 803; na Avenida Deputado Benedito Matarazzo, na cabeceira do Anel Viário, em frente ao Shopping Vale Sul; e na Rodovia Presidente Dutra, km 147 (em frente à Veibrás).

Os caminhoneiros conseguiram com uma forte greve nacional redução de R\$ 0,46 no diesel que nem chegou efetivamente às bombas. Depois disso, a gasolina já subiu cerca de 25%. O índice é da ANP (Agência Nacional do Petróleo).

Por isso, para o presidente do Sindipetro/SJC, "nada vai mudar se não houver mudanças estruturais na política que vem sendo implementada na companhia. A queda de Pedro Parente representou uma vitória importante, mas ainda há muita luta pela frente. É preciso barrar de vez essa política de preços que vem sendo implementada na Petrobras para pavimentar o caminho para a privatização. Só isso baixaria o preço dos combustíveis. A população precisa entender isso e se juntar à luta dos petroleiros de todo o país".

AJUDE A DIVULGAR NA INTERNET AS LUTAS DA CATEGORIA

As redes sociais dinamizaram a divulgação das nossas lutas em defesa da Petrobras 100% estatal, em apoio a greve dos caminhoneiros e contra a alta dos combustíveis. Os nossos vídeos, lives de atividades ao vivo, textos, artes estão sendo amplamente compartilhados nesta conjuntura de enfrentamentos da categoria petroleira e da classe trabalhadora.

 www.sindipetrosjc.org.br

 facebook.com/sindipetrosjc

 youtube.com/SindicatodosPetroleirosdeSJCeregiaoSP

 instagram.com/sindipetrosjc

 twitter.com/SindipetroSJC